

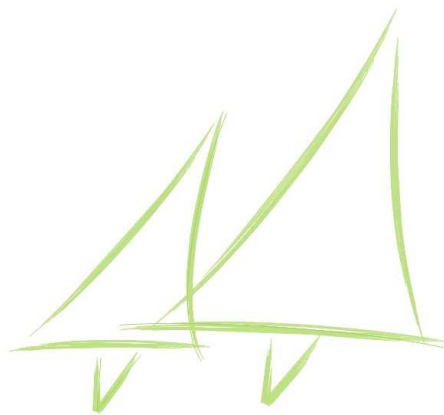
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÉ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



038 - EXPERIÊNCIAS DE INCUBAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DE GRUPOS DE MULHERES E JOVENS NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NOS VALES DO JEQUITINHONHA E DO RIO DOCE

O rol das cooperativas na luta contra a pobreza, pelo
comércio justo e pelo trabalho digno.

Miracy Barbosa de Sousa Gustin
msgustin@task.com.br

Fernanda de Lazari Cardoso
fernandadelazari@yahoo.com.br

Mariana Prandini Fraga Assis
mariprandini@yahoo.com.br

Programa Pólos de Cidadania
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de apresentar, a partir da metodologia de incubação de empreendimentos solidários, formulada pelo Programa Pólos de Cidadania, os avanços e os desafios vivenciados pelas associações assistidas pelo Projeto Mosaico. Apoiado pelo MDS, o referido Projeto atua nas cidades de Medina, Padre Paraíso e Açucena, localizadas, respectivamente, nos Vales do Jequitinhonha e do Rio Doce, em Minas Gerais, e tem como foco de trabalho a inclusão produtiva de jovens e mulheres, por meio da constituição de empreendimentos solidários autogestionários. A metodologia utilizada consiste

na execução de um Plano de Incubação dividido em duas etapas: a primeira envolve a mobilização e articulação da rede de parceiros locais, enquanto a segunda contempla a promoção de processos de incubação dos empreendimentos associativos. Pode-se afirmar que, do ponto de vista interno, os empreendimentos têm obtido grande êxito, ao promover uma verdadeira transformação nas vidas cotidianas dos membros dos grupos, trazendo novas perspectivas de realização pessoal e profissional e ampliando o leque de vínculos sociais estabelecidos, orientados por uma lógica mais solidária e menos individualista. Contudo, enfrenta-se o grande desafio, comum a diversos outros empreendimentos vinculados ao grande campo da economia popular solidária, da inserção dos produtos fabricados no mercado e da caracterização das associações como verdadeiras fontes de renda e não apenas de trabalho. Devem ser propostas, neste artigo, formas de apoio nacional ao escoamento de mercadorias produzidas pelo mercado de economia solidária.

Palavras-chave: inclusão social, geração de trabalho e renda, sustentabilidade.

Abstract

This study seeks to present as its objective, according to the incubation methodology developed by *Programa Pólos de Cidadania*, the advances and challenges experienced the associations assisted by *Projeto Mosaico*. Supported by MDS, this project is developed in Medina, Padre Paraíso and Açucena, located, respectively, in the regions of *Vale do Jequitinhonha* and *Vale do Rio Doce*, in *Minas Gerais*. Its focus is the productive inclusion of young people and women, through the constitution of self managed enterprises based on solidarity economics. The methodology used consists in the execution of an Incubation Plan composed of two stages: the first stage involves the mobilization and articulation of local partners, while the second stage deals with the promotion of the incubation processes of the associated businesses. From an internal point of view, one can affirm that the businesses have had great success in promoting an effective transformation in the daily lives of the members of the groups, bringing new perspectives of personal and professional realization. In addition, they add to the social ties already established, as they are based upon a logic of solidarity as opposed to an individualist one. Nevertheless, the project face the great challenge, common to various other businesses/enterprises in the field of popular solidarity economics, of introducing the products in the market and of characterizing the associations as not only work but real income sources.

Key-words: social inclusion, income and work generation, sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A economia popular solidária, vista como uma possibilidade concreta de transformação das relações sociais, pode ser uma alternativa para a geração de trabalho e renda, por meio da criação de associações e cooperativas. Fundamentada na auto-organização sócio-econômica, a economia popular solidária é orientada por princípios opostos daqueles que sustentam o capitalismo, assumindo a cooperação o lugar da concorrência, como instrumento de reversão da exclusão social.

Segundo Roldão (2004), o cooperativismo e o associativismo representam, ainda hoje, uma alternativa para a geração de trabalho, renda e bem-estar social, caracterizando-se como uma importante opção de contraponto ao capitalismo globalizado e excludente. Trata-se de uma forma de organização orientada pela partilha dos resultados com todos os envolvidos, capaz de criar um espaço democrático, de respeito e ajuda mútua em que as pessoas crescem e realizam-se econômica, profissional e socialmente, como cidadãos livres.

Falar de economia popular solidária, para Carbonari (1999), é ressignificar a própria economia, no sentido de recuperar sua dimensão ética. Mas não é só. Trata-se, ainda, de entender o lugar da economia no processo de transformação social como exercício político, um novo lugar. Diante disso, a escolha política do cooperativismo e do associativismo como alternativa de geração de renda fundamenta-se na sua condição de facilitador do processo de inclusão e de emancipação social de grupos historicamente sujeitos à exploração econômica, consideradas suas características de autogestão, ajuda mútua, autonomia, horizontalidade e viabilização de potenciais produtivos regionais, especificamente aqueles vinculados às características culturais, sociais e econômicas locais.

A formação de iniciativas de caráter associativo é tratada, nesse sentido, como instrumento de valorização do trabalho, das habilidades e das potencialidades dos grupos envolvidos e da localidade em que vivem e produzem. Trata-se, acima de tudo, de estimular a ruptura com o amplo processo de exclusão social que acomete essas comunidades. Segundo Paul Singer (2002, p. 23), deve-se enxergar a economia solidária como um movimento orientado para “o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação”. Entende-se aqui, que também as comunidades pobres, e não só miseráveis, deverão estar incluídas nesse movimento.

As duas condições que determinam o cooperativismo são os sentidos de liberdade e de comunidade, ou seja, o desenvolvimento de um trabalho livre e coletivo. Exatamente o oposto do que se dá no sistema capitalista, em que as condições de trabalho se caracterizam pela supremacia do capital, que dita as regras do jogo, e pela exploração de trabalhadores que expropriam sua força de trabalho em troca de um salário. Nesse contexto, o trabalho está sujeito à subordinação, concorrência e alienação.

A economia popular solidária propõe, além da justa distribuição de recursos e direitos, o fortalecimento da identidade coletiva dos integrantes dos empreendimentos solidários, a partir do referencial da cultura do local em que o

trabalho se realiza, ou seja, busca-se agregar valor cultural e simbólico a esse trabalho, de modo a se promover uma identificação entre o produtor e aquilo que ele produz. Mas, para que isso ocorra de maneira efetiva, é indispensável o envolvimento de organizações e entidades locais capazes de mobilizar a população em torno da temática e sua relevância.

Partindo desses pressupostos, o Programa Pólos de Cidadania¹ se propõe a desenvolver ações de geração de trabalho e renda, pautadas em uma metodologia especialmente desenvolvida para essa finalidade, como parte de um processo mais amplo de emancipação de comunidades e grupos oprimidos. É nesse contexto que se insere o Projeto Mosaico, cujas ações, avanços e desafios são objeto deste trabalho.

Na primeira parte do artigo, apresentam-se os locais em que são desenvolvidas as atividades do Projeto Mosaico, procurando caracterizá-las econômica e socialmente. Em um segundo momento, expõe-se a metodologia de incubação de empreendimentos solidários desenvolvida pelo Programa Pólos, produzindo um detalhado relato de cada uma de suas fases. Finalmente, na terceira parte, são apresentados os principais avanços produzidos pela incubação das associações e os desafios hoje enfrentados pelo Projeto. São propostas, inclusive, nesse momento, formas coletivizadas nacionalmente para maior efetividade da geração de renda por meio de um escoamento mais seguro das produções dessas unidades de economia solidária.

2 AS LOCALIDADES

O Vale do Jequitinhonha, também conhecido como *vale da pobreza*, é rico em imagens. Em certo sentido, a vegetação de cerrado ajuda a compor a paisagem de decadência na qual se encontram as cidades da região. A impressão predominante é a de que o tempo parou. O progresso passou longe, não chegou àquelas plagas... Mas, não é bem assim: por trás do aparente cenário de ruínas escondem-se objetos e comportamentos que denunciam os ventos da civilização. Um processo que, no entanto, parece ter ficado a meio do caminho.

É nesse cenário de extrema pobreza, seca, desemprego e fome, vastamente expressados pelos meios de comunicação, que se encontra um lugar rico em cultura popular, artesanato, dentre outros tipos de arte. Além disso, é nesse lugar que vive um povo que, cotidianamente, luta para sobreviver, fazendo de sua labuta diária um exercício de contestação das mazelas sociais.

A relação do Programa Pólos com as comunidades do Vale do Jequitinhonha teve início em 2003, quando lá foi desenvolvido o Projeto “A responsabilidade social da Administração Pública na efetividade dos Direitos Humanos”. Como parte dessa proposta, realizou-se um diagnóstico sobre os principais obstáculos à efetivação dos direitos da criança e do adolescente, garantidos no ECA, e a análise dos dados coletados revelou uma triste realidade: a exploração sexual infanto-juvenil como um problema sério e presente em diversas cidades da região.

¹ O Programa Pólos de Cidadania, criado em 1995 é um programa institucional de pesquisa e extensão da Faculdade de Direito da UFMG.

Verificou-se que a proposta de ações e estratégias de combate e prevenção dessa prática ilícita e desumana demandava uma melhor compreensão do fenômeno, em seus aspectos social, psicológico, econômico e jurídico. Foi então que o Pólos, com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, desenvolveu o Projeto Criança e Adolescente em Situação de Risco: Geração de Renda como Alternativa de Prevenção à Exploração Sexual, também conhecido como 18 de Maio². Seu principal objetivo foi elaborar um verdadeiro mapa da exploração sexual infanto-juvenil na região do Médio Vale do Jequitinhonha e uma análise das potencialidades da economia local que permitissem a prevenção desse fenômeno social. Nesse período, em sete municípios – Araçuaí, Comercinho, Itaobim, Medina, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa –, crianças, adolescentes e representantes dos poderes públicos e das instituições ligadas às questões infanto-juvenis foram entrevistados, assim como foram coletados dados demográficos e econômicos da região.

A análise de todo esse material permitiu a conclusão de que, para além dos componentes culturais, psicológicos e até geográficos, o fator sócio-econômico – caracterizado pela situação de pobreza, desemprego e baixa renda em que vive a população do Vale – é determinante da perversa cadeia da exploração sexual infanto-juvenil. Por isso, o Pólos propôs às entidades parceiras dos municípios de Medina e Padre Paraíso a criação de associações de artesanato em que mulheres-mães e jovens, em situação de risco e de vulnerabilidade social, pudessem encontrar um espaço de trabalho, geração de renda, convivência solidária e construção de novos laços de convivência. Essa medida foi potencializada por meio do Projeto Mosaico, aqui apresentado, com o apoio do PNUD e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Hoje, nos dois municípios, as associações de artesanato constituídas por mulheres-mães e jovens trabalham com a técnica do *patchwork*³. O processo de incubação, sempre voltado para a emancipação e autonomia, vem trazendo transformações à maioria dos membros do grupo. O trabalho fora de casa trouxe realização profissional para as associadas, além de contribuir para as relações de ajuda mútua entre elas. Mas esse processo é complexo e ainda está em fase de consolidação, conforme se demonstrará mais à frente.

Já no município de Açucena, localizado na região do Vale do Rio Doce, o internato rural do curso de Farmácia da UFMG realizou, em 2005, um levantamento das principais doenças que acometiam a população e encontrou um alto índice de suicídios, especialmente entre jovens. A partir disso, a UFMG entendeu ser relevante sua atuação ali e o Programa Pólos, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, contemplou a cidade de Açucena no rol de ações do Projeto Mosaico com o objetivo de ali constituir uma associação de artesanato que congregasse, especialmente, os inúmeros jovens que já participavam de uma oficina de artesanato em bambu oferecida pela Prefeitura.

² O dia 18 de maio é o dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

³ O *patchwork* consiste em uma técnica de costura em que são utilizados, na confecção das peças, prioritariamente retalhos de tecidos os mais variados.

A economia do município é prioritariamente rural, com três quartos de sua população vivendo no campo. Há poucas alternativas de trabalho fora da lavoura e da criação de gado, o que faz com que a juventude, muito cedo, abandone a cidade para buscar alternativas nos grandes centros. Esse contexto, aliado à ausência de empregos para mulheres e trabalhadores com idade já avançada, fez com que o número de pessoas dedicadas ao trabalho informal, especialmente o artesanato, crescesse na cidade. Isso permitiu que a associação ali incubada se constituísse não apenas pelos jovens envolvidos com a arte em bambu, mas também por todos os demais artesãos e artesãs da cidade, criando, assim, um espaço de cooperação transgeracional. Também em Açucena há, ainda, uma série de desafios a serem enfrentados, conforme se demonstrará neste trabalho.

A seguir, apresenta-se, em linhas gerais, a metodologia de incubação desenvolvida pelo Programa Pólos, que vem sendo aplicada não apenas no Projeto Mosaico, mas também em vários outros empreendimentos desenvolvidos em bairros e vilas das periferias de Belo Horizonte, como a Vila Acaba Mundo. O aspecto mais interessante da metodologia, como se verá, é sua capacidade de adaptação às diferentes realidades, de modo a atender os reais interesses dos envolvidos e envolvidas nos empreendimentos incubados.

Não se trata, portanto, de uma intervenção tópica na realidade local, por meio da formalização de um empreendimento solidário, mas sim da construção cotidiana e paulatina de uma nova realidade, com e pelas pessoas que integram o empreendimento solidário. Assim, o tempo de cada grupo é único, o modo como as questões e temas para debate são inseridos é específico e as regras estatutárias jamais são uniformes, mas formuladas pelos próprios participantes dos grupos.

3 A METODOLOGIA

A metodologia de incubação de empreendimentos solidários do Programa Pólos de Cidadania foi desenvolvida a fim de subsidiar a criação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis em várias cidades de Minas Gerais, tendo como referência inicial as estratégias utilizadas pela Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar). Após diversas aplicações em contextos sócio-econômicos distintos, firmou-se uma proposta metodológica de incubação, dividida em etapas que englobam atividades combinadas de mobilização e articulação de parceiros, capacitação técnica dos participantes, discussão sobre questões vinculadas ao cooperativismo e ao associativismo e preparação para a autogestão.

O Plano de Incubação contempla duas grandes etapas, que compreendem distintas estratégias de ação: a estratégia de ação da primeira etapa consiste na mobilização e articulação da rede de parceiros apoiadores locais; enquanto a da segunda envolve a incubação propriamente dita, ou seja, a promoção de processos de incubação dos empreendimentos cooperativos e associativos.

A primeira grande etapa – de mobilização e articulação da rede de parceiros apoiadores locais – é concretizada, prioritariamente, por meio de

duas atividades: 1) reunião com as entidades locais para apresentação e discussão do plano de incubação e 2) reuniões mensais com as entidades locais e representantes do grupo incubado para acompanhamento e avaliação do empreendimento. A formação de uma rede de parceiros apoiadores locais é imprescindível para se garantir a sustentabilidade do empreendimento, pois ela poderá sempre colaborar na solução de problemas e na discussão de novos projetos, tendo como foco os interesses do grupo incubado. Essa rede é constituída por atores da sociedade civil (associações comunitárias, grupos organizados, lideranças de bairro, dentre outros) e do governo local. O mais relevante nessa etapa é criar um vínculo estreito de solidariedade, respeito, cooperação e responsabilidade entre a rede e o grupo incubado, a fim de que os apoiadores acompanhem todo o processo, nele intervindo ativamente. Além disso, é importante apontar que essa etapa estende-se ao longo de todo processo de incubação: as reuniões com a rede de apoiadores são contínuas e, mesmo depois da desincubação, devem continuar acontecendo, por iniciativa do grupo recém-formado.

A segunda grande etapa consiste na promoção dos processos de incubação dos empreendimentos cooperativos e associativos. Por envolver grande número e variedade de atividades, ela é dividida em várias sub-etapas que compreendem atividades específicas em cada uma delas. A primeira sub-etapa consiste na formação dos grupos, que se opera, inicialmente, por meio da verificação de um conjunto de fatores relacionados aos envolvidos no Projeto: suas afinidades, identidades e objetivos comuns. Aqui, o que se pretende é sensibilizar o grupo incubado e encontrar os elementos favoráveis à construção de uma identidade comum. É justamente esse vínculo identitário e, conseqüentemente, solidário e cooperativo estabelecido entre os participantes do empreendimento que servirá de base de sustentação para todas as atividades a serem desenvolvidas em seguida. De modo geral, o processo de formação dos grupos demanda um prévio diagnóstico de sua realidade social, econômica e cultural, que funcionará como importante apoio para definição das afinidades e objetivos do grupo. O desenvolvimento dessa sub-etapa também é contínuo, pois se trata não apenas de construir uma identidade coletiva, mas de manter acesa a discussão sobre os objetivos do grupo e reforçar as afinidades existentes.

A segunda sub-etapa consiste na capacitação dos envolvidos para o cooperativismo e o associativismo. Essa capacitação envolve a promoção de vários encontros e discussões com os grupos para introdução de temas variados, tais como: 1) desemprego, exclusão e cidadania; 2) alternativas para a geração de trabalho e renda; 3) economia popular solidária; 4) princípios cooperativistas e associativistas; 5) normas e procedimentos para funcionamento de uma cooperativa e de uma associação. Essa é uma longa etapa do processo de incubação, que vai desde o primeiro encontro e, muitas vezes, se estende até o último, dada a necessidade de se revisar e reafirmar conceitos e regras com os grupos.

A terceira sub-etapa compreende a capacitação técnica dos envolvidos, que se dá por meio da apresentação das características e funcionamento das atividades produtivas, da qualificação técnica e artística dos grupos e da aquisição dos insumos necessários para a produção. Essa etapa

também não tem um limite temporal, ela deve ocorrer ao longo de todo o processo de incubação, podendo ser combinada com as atividades mais teóricas de capacitação para o cooperativismo e associativismo. Além disso, ela é altamente relevante para a garantia da qualidade dos produtos e, conseqüentemente, para a competitividade no mercado consumidor. É indispensável que os produtos fabricados em um empreendimento solidário sejam não apenas o resultado de uma forma de resistência à exclusão operada pelo sistema capitalista, mas que sejam, igualmente, rentáveis, belos, qualificados e tenham boa aceitação no mercado. Isso só se garante por meio de uma capacitação técnica séria e criteriosa dos grupos produtores.

A quarta sub-etapa consiste na formulação de um Planejamento Estratégico para os empreendimentos, que se concretiza por meio da elaboração de um Plano de Negócios que contemple: 1) estratégias de comercialização dos produtos; 2) processos produtivos e engenharia; 3) planejamento financeiro e 4) metas e objetivos de curto, médio e longo prazo. Em regra, esse Plano é elaborado por um profissional qualificado da área de administração, mas ele deverá contar com a ampla participação dos grupos incubados, que fornecerão todas as informações e dados necessários. O profissional responsável pelo Plano indica todas as informações e dados de que necessitará para sua formulação; em seguida, ele se reúne com o grupo e coleta, em discussões, o material necessário; elabora uma proposta do Plano de Negócios e se reúne com o grupo para discuti-la, aprová-la ou rejeitar o plano proposto. Como se vê, em todas as etapas, o grupo incubado deve participar ativamente de todas as atividades, sob pena de, ao final, criar-se um empreendimento distante da realidade dos envolvidos, desconhecido para vários deles e como tal, insustentável.

A quinta sub-etapa consiste na capacitação administrativa para a autogestão das cooperativas e associações. Essa capacitação se opera por meio de ações voltadas para a gestão coletiva, envolvendo os seguintes temas: 1) a autogestão; 2) administração da cooperativa e das associações; 3) os fundos e benefícios cooperativistas; 4) apuração de custos, formação de preços e análises de contratos; 5) organização contábil e financeira; 6) prestação de contas; 7) marketing do empreendimento e seus produtos; 8) apresentação e discussão do Plano de Negócios e 9) capacitação de membros da Diretoria e Conselho Fiscal. Tal medida tem grande impacto no sucesso dos empreendimentos solidários, pois se trata de lhes assegurar sustentabilidade. Após a finalização do processo de incubação, os grupos deverão ser capazes, por seus próprios meios e com o apoio da rede de parceiros, de atuarem no mercado, solucionarem as divergências e problemas internos e garantir a continuidade das atividades do empreendimento.

A sexta sub-etapa compreende a elaboração dos estatutos e legalização das cooperativas e associações. Essa etapa se concretiza por meio das seguintes atividades: 1) apresentação, esclarecimentos e elaboração dos estatutos das cooperativas e das associações em conjunto com os envolvidos; 2) realização das Assembléias Gerais fundacionais e dos demais procedimentos para a legalização das associações e das cooperativas e 3) envio de documentos aos órgãos competentes (Junta Comercial, Cartórios, Receita Federal, postos fiscais, etc.). Embora sejam colocadas na mesma sub-

etapa, o que realmente acontece apenas na fase final da incubação é apenas a formalização e o registro dos empreendimentos. A discussão das regras estatutárias é feita ao longo de todo o processo (e não apenas nessa sub-etapa), com participação ativa do grupo. O que garante a autonomia dos participantes do grupo é, justamente, a participação na elaboração das regras a que serão submetidos.

A penúltima sub-etapa visa à inserção e atuação dos grupos no mercado, por meio da execução das ações previstas no Plano de Negócios. E, finalmente, a última fase que se designa por “desincubação”, quando os grupos já estão preparados para realizar suas ações e atividades sem a contribuição direta e permanente do Programa. Nessa fase, realizam-se encontros e seminários de monitoramento e avaliação dos empreendimentos, que contam com a participação dos grupos e de toda a rede de parceiros apoiadores.

4 OS AVANÇOS E OS DESAFIOS

No momento, as três associações incubadas pelo Projeto Mosaico já se encontram formalizadas e em processo de expansão e melhoramento de sua produção. As atividades desenvolvidas na Associação de Artesanato Bela Vistam (em Padre Paraíso) e na Associação Medinense de Artesãos (em Medina) envolvem cerca de cinqüenta mulheres na confecção de colchas, almofadas, bolsas, saias, vestidos, forros de mesa, toalhas, etc., por meio da técnica que ficou conhecida como *patchwork*. Já a Associação Arte e Vida, no município de Açucena, congrega hoje não apenas os jovens que produzem objetos os mais diversos (móveis, utensílios domésticos, objetos de decoração) em bambu, como também diversos outros artesãos da cidade, que trabalham com couro, madeira, papel artesanal, dentre outros, formando um grupo bastante plural de cerca de quarenta pessoas.

Percebe-se que os grupos incubados pelo Projeto Mosaico cresceram substancialmente desde os primeiros encontros e discussões, em termos de cooperação interna e capacidade de produção. O espaço da associação constitui, para além de um local de produção, um momento de construção da subjetividade e de integração solidária entre os envolvidos. Contudo, seus membros ainda têm grande dificuldade em assumir responsabilidades e atuar de forma independente, gerindo o seu próprio empreendimento.

Sabe-se que essa situação é compreensível, uma vez que trabalhar com esse tipo de empreendimento, que se pauta pela lógica da autogestão, da colaboração interna e da inexistência de um único indivíduo que dirige o processo produtivo, exige transformações em práticas cotidianas e sociais muito enraizadas, cuja ruptura não é instantânea. É possível afirmar que existe ainda um longo caminho a ser percorrido para a consolidação dos empreendimentos como ações fortes e capazes de contribuir para o estabelecimento de novas formas de interação com o trabalho, a fim de não apenas gerar renda, mas transformar as vidas dos atores nele envolvidos.

O maior desafio vivenciado pelos grupos, principalmente aqueles que se encontram no Vale do Jequitinhonha, é a dificuldade de escoamento da produção, pois os produtos fabricados são voltados, principalmente, para um

mercado consumidor não encontrado na região, já que esta é extremamente pauperizada e não apresenta capacidade suficiente de compra dos produtos produzidos. A isso se deve agregar a distância entre os municípios em que se encontram sediadas as associações dos grandes centros consumidores, o que dificulta o transporte da produção, tornando-a ainda mais cara.

Diante da necessidade de constituir um mercado consumidor mais amplo, o projeto procurou, junto com os grupos, buscar canais de escoamento na capital e em feiras de artesanato regionais e nacionais, devendo expandir suas vendas gradualmente para o resto do estado, do país, e, finalmente, internacionalizar sua produção, por meio da rede de comércio justo e solidário. A busca por esses canais de escoamento ainda está em fase inicial, não havendo, portanto, uma efetiva geração de renda para os grupos, o que acarreta um processo de baixa motivação dos grupos e de procura por alternativas de sobrevivência econômica. Entende-se que, apesar, das características específicas em termos regionais, o sistema de economia solidária nacional deveria se dedicar a pensar alternativas inovadoras para o escoamento dos produtos gerados pelas cooperativas e associações de economia solidária, tais como: novas propostas na esfera tributária da União e dos Estados; maiores facilidades e equipes de orientação no campo da exportação (talvez com a constituição de um site dedicado a isto); criação de feiras regionais permanentes de venda de artesanato e de outros produtos solidários; constituição de equipe multidisciplinar e multiministerial para a análise de implantação dessas e de outras medidas que favoreçam de forma mais efetiva esse escoamento de produtos; incentivo para que a responsabilidade social corporativa (ou empresarial) se dê às unidades produtivas de economia solidária em lugar de fazerem filantropia ou outros investimentos que terão menor retorno em termos de desenvolvimento sócio-econômico regional e de comunidades produtivas específicas.

Em que pesem os dados apresentados acima, é necessário salientar o avanço vivenciado por aqueles e aquelas que permanecem vinculados aos grupos produtivos. O trabalho fora de casa, que para muitos não fazia parte do cotidiano, trouxe uma nova perspectiva de vida, de realização profissional, de uma relação menos temerosa e individualista com a sociedade. A produção de modo coletivo permite, cotidianamente, a construção de um espaço no qual emerge uma nova forma de sociabilidade, caracterizada pelo estabelecimento de relações mais justas e fraternas entre as pessoas. Por isso, muitos dos integrantes têm nos empreendimentos um espaço de resgate da auto-estima e do auto-respeito, e recebem dos colegas estímulos fortes para desenvolverem capacidades já esquecidas.

O avanço da qualidade do artesanato produzido pelos grupos tem sido constantemente enfatizado, pois se reconhece que a maioria dos fracassos nas organizações cooperativas ocorre não pela ausência de espírito cooperativo, mas pela falta de uma visão estética e empresarial. Associações e cooperativas de produção não podem ser vistas como entidades beneficentes, mas como empreendimentos bem sucedidos e, para tanto, o foco deve ser na qualidade da produção. Não é demasiado lembrar que, quando a cooperativa fracassa como atividade econômica, capaz de gerar renda para seus integrantes, “fracassa igualmente na sua pretendida projeção social e humana,

arrastando consigo o descrédito da instituição” (SCHNEIDER, 1994). Desse modo, as capacitações artesanais realizadas nas associações visam, além do aprendizado de novas técnicas, o alcance do aperfeiçoamento da produção para a inserção em um mercado competitivo e que, reiteradamente, não incorpora parcerias com fundamentos de ação diferentes da visão capitalista hegemônica.

Todo o quadro aqui apresentado e a experiência até então acumulada pela equipe do Projeto reforça a noção de que o processo de constituição de empreendimentos solidários como instrumento de enfrentamento a um contexto de exclusão social é complexo e demanda um esforço múltiplo de apoiadores, participantes e equipe técnica para sua consolidação. Cada grupo produtivo, cada cidade, cada região, tem valores, costumes, vínculos identitários e formas de socialização muito próprias, que precisam ser respeitadas ao longo da implementação do Projeto, pois, enfim, temos um grande mosaico diante de nós e somos guiados pela convicção de que os grupos com que trabalhamos são sujeitos de sua própria história.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARBONARI, P. Economia popular solidária: Possibilidades e Limites. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/Carbonari.htm>>. Acesso em: 20 set. 2007

ORTIZ ROCA, H. *Economia solidaria: hacia una nueva civilización*. 2001.

ROLDÃO, Luciana Barros. *Cooperativismo e economia popular solidária*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande - UFRG, Rio Grande, 2004.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais, *Cedope - Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano*. Ano 6, n. 12, 1994.

SINGER, P. O combate à pobreza e suas vítimas. *Bahia análise e dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 21-23, jun. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Programa Pólos de Cidadania. *Projeto Criança e Adolescente em Situação de Risco: Geração de renda como Alternativa de Prevenção à Exploração Sexual*: Projeto 18 de maio. Relatório final. Belo Horizonte, 2007. (Não publicado)